



1  
2 **SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL**  
3 **E PESSOA IDOSA**  
4 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER**  
5 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS SETEMBRO DE 2023**  
6

7 Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, às 9 horas e quinze minutos em  
8 segunda chamada, no formato presencial na Sala de Situação no 4º andar do Palácio das  
9 Araucárias sito a Rua Jacy Loureiro s/n e por web conferência pela plataforma do Google Meet  
10 com Link: [meet.google.com/gku-dvpu-ygw](https://meet.google.com/gku-dvpu-ygw); deu-se início a reunião ordinária do CEDM. Estavam  
11 presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais:** Titular: Mariana de Sousa  
12 Machado Neris (Casa Civil); Suplente: Larissa Marsolik (Casa Civil); Titular: Mariana Lopes da  
13 Silva Bonfim (SEEC); Suplente: Kharin Bevervanso (SEAB); Titular: Silvana de Melo Ribas  
14 (SEED); Suplente: Andrea Maria Sanson Corat (SEJU); Titular: Liza Marie Fortes (SETR);  
15 Suplente: Mariluce Santos de Pontes Gogosz (SETR); Titular: Carolina Bolfe Poliquesi (SESA);  
16 Suplente: Carla Konieczniak Aguiar (SESA); Titular: Silvia Cristina de Lima (SEDEF); Suplente:  
17 Kamila Conte Kunz (SECID); Titular: Alcileny Adriana da Cunha Artigas (SESP); **Conselheiras**  
18 **Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Titular;  
19 Daniella Blanc Pierri Marques (FMPR); Suplente: Fernanda Queiroz (FMPR); Titular: Taís  
20 Adams Gramowski (APP/Sindicato); Suplente: Marcia Aparecida de Oliveira Neves  
21 (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Titular: Margot Lopes lung (LBTQI+);  
22 Titular: Benedita Isabel dos Santos (CUT); Titular: Ivanete Paulino Xavier (RMN); Titular:  
23 Rosalina Batista (ASSEMBA); Suplente: Patricia Robes Loureiro (SINDJUS/PR); Titular:  
24 Terezinha Andrade Possebom (HUMSOL); Titular: Isabela Candeloro Campoi (UNESPAR);  
25 Suplente: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os):**  
26 Leandre Dal Ponte; Diego Buligon; Simone Eloise Vicente; Mariana Martins Nunes; Marla  
27 Martins; Adriana Siuta Lemos; Giziane Maria Rodrigues; Tamara Zazera Rezende; Fátima Ikiko  
28 Yokohama; Juliany dos Santos; Larissa Sayuri; Sionara de Paula; Fernanda Heberle; Gabrielle  
29 Collatusso; Carmen Zadra; Leonardo Pelegrin de Almeida; Bruna Ottobelli; Priscila da Silva;  
30 Bruna Casas Ribeiro; Natasha Queiroz; Alessandra Abraão; Deise Tokano; Walquiria Onete  
31 Gomes; Sidnei Fatuche; item um; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente Mariana de  
32 Sousa Machado Neris deseja um bom dia, dá boas vindas a todas e todos que estão presencial  
33 e também na forma virtual, declara aberta a reunião e passa a palavra para a Vice Presidente  
34 Maria Isabel Pereira Corrêa, que deseja um bom dia a todas, se desculpa por hoje não poder  
35 estar presencial, justifica que está em viagem mas acredita que nessa reunião de hoje irão fazer  
36 bons encaminhamentos e deseja um ótimo dia de trabalho, Mariana agradece Maria Isabel e  
37 passa para o ponto de pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Presidente  
38 Mariana faz a leitura da pauta e a mesma foi aprovada pelas Conselheiras; item três; **3)**  
39 **Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do Mês de Agosto de 2023:** Ata sem registro de  
40 contribuições, aprovada; item quatro; **4) Informes da Secretaria Executiva:** A Secretária  
41 Executiva Maria Letícia Acuro Zavala Dellê deseja um bom dia a todas, inicia os informes  
42 justificando a ausência das Conselheiras Titular e Suplente da Secretaria de Estado da Ciência,  
43 Tecnologia e Ensino Superior (SETI) na reunião de hoje, pois as mesmas já possuem uma  
44 agenda na cidade de Cascavel com o Secretário, fala com relação aos ofícios recebidos: ofício  
45 nº 133/2023 do Conselho Estadual da Assistência Social (CEAS) convidando 01 representante  
46 Governamental e 01 representante da Sociedade Civil para participar da XIV Conferência  
47 Estadual da Assistência Social que terá como tema central “Reconstrução do SUAS: O SUAS  
48 que temos e o SUAS que queremos”, que acontecerá nos dias 03, 04 e 05 de outubro na  
49 UNIPAR de Cascavel, diz que a indicação das representantes deverá ser feita até o dia  
50 11/09/2023, fala agora com relação aos ofícios encaminhados: ofício nº 048/2023 para a  
51 Procuradoria da Mulher parabenizando pela audiência pública, ofício nº 049/2023 para o Sr.  
52 Altair motorista do “Ônibus Lilás” agradecendo pelo seu trabalho prestado, ofícios de nº 050,  
53 051 e 052/2023 para o Ministério Público, para o Tribunal de Justiça e para a Procuradoria da

56 Mulher, informando sobre o processo eleitoral e solicitando a divulgação aos seus contatos do  
57 edital de eleição da Sociedade Civil, informa também que no dia 10 de agosto de 2023 foram  
58 encaminhados emails aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher solicitando a divulgação  
59 do edital de eleição da Sociedade Civil, conta que a Agência Estadual de Notícias fez uma  
60 matéria sobre o processo eleitoral a qual está publicada no site do Governo e no site da  
61 SEMIPI, também o Gabinete da Secretária encaminhou ofício nº 695/2023 para a sua lista de  
62 contatos das Organizações da Sociedade Civil divulgando o edital de eleição, fala que foram  
63 recebidos até o momento 08 formulários de inscrição para candidatura e votação no processo  
64 eleitoral, da Associação de Entidades de Mulheres do Paraná (ASSEMPA), da Rede de  
65 Mulheres Negras (RMN), do Grupo União pela Vida Umuarama, do Sindicato dos Trabalhadores  
66 em Empresas de Comunicações Postais, Telegráficas e Similares, da Associação de Travestis e  
67 Transexuais de Foz do Iguaçu (Casa de Malhu), da Ação Social Irmandade Sem Fronteiras, da  
68 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP) e  
69 da Associação Garagem Mulher, informa também com relação as substituições de Conselheiras  
70 Governamentais, Conselheira Suplente da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e  
71 Renda (SETR) Mariluce Santos de Pontes Gogosz em substituição a Aline Ferreira Pimentel  
72 Decreto nº 3165/2023, Conselheira Titular da Secretaria de Estado da Educação (SEED)  
73 Silvana de Melo Ribas em substituição a Regina Célia Vitória e também Conselheira Suplente  
74 Sandra Aparecida da Silva em substituição a Simone Aparecida Ferreira, Decreto nº 3235/2023,  
75 e Conselheira Suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior  
76 (SETI) Paula Turra Grechinski em substituição a Dinéia Alves de Freitas, Decreto nº 3226/2023  
77 e finaliza dizendo que seriam esses os informes da secretaria executiva, a Presidente Mariana  
78 agradece Maria Letícia, cumprimenta as novas Conselheiras citadas, agradece as Conselheiras  
79 que foram substituídas, pelo tempo que estiveram nesse Conselho, diz que com relação ao  
80 processo eleitoral da Sociedade Civil sugere prorrogar o tempo de inscrições que seria até dia  
81 11 de setembro para encerrar no dia 15 de setembro, para dar maior chance de participação  
82 para as entidades, todas concordam, fala também que com relação a indicação de Conselheiras  
83 representantes para a Conferência Estadual da Assistência Social no mês de outubro em  
84 Cascavel ela se propõe a representar as Conselheiras Governamentais, pergunta as  
85 Conselheiras da Sociedade Civil quem se disponibiliza a participar, de momento nenhuma se  
86 habilita, então sugere a Secretária Executiva enviar solicitação via email e grupo de WhatsApp  
87 para todas as Conselheiras para que retornem e ocorra essa indicação e passa para o próximo  
88 ponto da pauta; item cinco; **5) Informes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial  
89 e Pessoa Idosa (SEMIPI)**; A Deputada Federal Secretária da SEMIPI Leandre Dal Ponte  
90 cumprimenta todas e todos, agradece e parabeniza todo o empenho, participação e  
91 funcionamento desse Conselho, agradece a Presidente Mariana e Vice Presidente Maria Isabel  
92 pelo exímio trabalho que vem sendo feito por elas, fala do trabalho feito com o programa  
93 “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” que trouxe um retrato do Estado do Paraná em  
94 especial na questão de organização de serviços voltados para as mulheres, ou seja, possibilitou  
95 saber o que o Paraná tem e o que ainda precisa ser construído, aquilo que é urgente, que é  
96 inevitável e fala que esse Conselho ajudou muito no evento Caravana, na questão de mobilizar  
97 lideranças, sensibilizar gestores dos Municípios para criação do Fundo, para reativar ou criar  
98 novos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, fala também do Grupo de Trabalho do  
99 CRAM que tem trabalhado muito para poder dar novas diretrizes, ordenamento para que seja  
100 uma política de Estado, para que todos sigam as mesmas orientações de forma eficiente e  
101 eficaz no combate a violência contra a mulher, diz que hoje é um dia muito especial para  
102 Secretaria da Mulher, para o Governo do Estado, para o Conselho, pois hoje na pauta dessa  
103 reunião item sete; 7) Apresentação sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM),  
104 Perspectivas e Oportunidades de Financiamento de Ações, Programas e projetos, todas vão  
105 ter a oportunidade de participar da proposta de deliberação do repasse dos primeiros recursos  
106 específicos para as Políticas das Mulheres, diz que é pouco mas já é um passo inicial, sabe que  
107 o número de Fundos dos Direitos da Mulher nos Municípios já é significativo portanto vai

110 necessitar de muito mais recursos, e para isso acontecer será solicitado ao Governador uma  
111 suplementação, fala que a Secretaria da Mulher tem trabalhado muito, mas é uma longa  
112 caminhada que se tem pela frente, algo que vai demandar muito, mas tem como objetivo de até  
113 o final desse ano efetivar a transferência dos recursos para os Municípios que estão aptos a  
114 recebê-los para que então os mesmos comecem a desenvolver políticas voltadas para as  
115 mulheres, mostra agora a Cartilha Material Orientativo, Cartilha esta que foi criada para orientar  
116 os Conselhos Municipais, um guia que vai subsidiar os Municípios na questão de governança  
117 além de perguntas e respostas, dúvidas que muitas vezes as gestoras tem, contém também as  
118 minutas para criação do Fundo, do Conselho, facilitando assim a vida das gestoras Municipais,  
119 finaliza dizendo que gostaria de fazer um convite para o “Encontro Estadual de Gestoras de  
120 Políticas Públicas para Mulheres” que deverá acontecer no início de dezembro deste ano, que  
121 já tem a confirmação de presença do Ministério das Mulheres e ONU Mulheres, fala que deseja  
122 que as líderes gestoras dos 399 Municípios estejam presentes nesse evento, então já antecipa  
123 o convite para esse Conselho, para todas as Conselheiras representantes da Sociedade Civil e  
124 Governamentais, agradece a todas as Conselheiras e Colaboradoras pelo empenho e  
125 participação nesse Conselho e diz que sempre estará aberta ao diálogo e disponível para todas,  
126 a Presidente Mariana agradece a Secretária Leandre pela sua fala e passa a palavra para a  
127 Vice Presidente, Maria Isabel cumprimenta a Secretária Leandre e toda a sua equipe pelo  
128 trabalho hercúleo que foi feito com o programa “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” pois  
129 felizmente já se percebe muita coisa acontecendo em torno dessa movimentação, todo esse  
130 trabalho já começa a trazer frutos e ampliar essa rede de proteção, conta que esteve em um  
131 evento do Agosto Lilás em Irati quando então foi criada a Secretaria Municipal de Políticas para  
132 as Mulheres, Criança e Pessoa Idosa, diz que o Fundo dos Direitos da Mulher será muito bem  
133 vindo, esse repasse do Estado para os Municípios, e espera que também nos próximos anos  
134 possam ter também esse fundo vindo do Governo Federal, diz que toda essa movimentação  
135 feita com o Programa Caravana a faz pensar em uma articulação do Conselho Nacional com o  
136 Conselho Estadual e do Conselho Estadual com os Conselhos Municipais fazendo de fato  
137 essas conversas bipartites e tripartites, que são fundamentais para o desenvolvimento de todas  
138 as políticas, diz que então se tem novamente a possibilidade de esperar aqui no Paraná a  
139 ampliação das redes de proteção e reduzir essa situação tão terrível que é a do feminicídio e de  
140 violências de todos os tipos sofridas pelas mulheres, finaliza sua fala parabenizando a  
141 Secretária e diz que esse Conselho é parceiro nessas lutas pois juntas caminham melhor e  
142 mais longe, a Conselheira Larissa Marsolik pede a palavra, cumprimenta todas e todos, fala da  
143 importância da Cartilha Material Orientativo criada para subsidiar os Municípios, agradece a  
144 contribuição de Fátima Yokohama e Diego Buligon da SEMIPI na construção do conteúdo  
145 técnico desse Material Orientativo, o qual pode ajudar por um longo tempo o fortalecimento dos  
146 Conselhos Municipais, diz que o mesmo estará disponível no formato virtual no site do CEDM e  
147 também será distribuído no decorrer do tempo, finaliza dizendo que pretende apresentar na  
148 próxima reunião desse Conselho um relatório consolidado da 1º temporada do Programa  
149 “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” e que a 2º temporada será em 2024, não tendo mais  
150 nada a tratar a Presidente Mariana agradece Larissa e passa para o próximo ponto da pauta;  
151 item seis; **6) Apresentação do Grupo de Trabalho (GT) sobre o CRAM – Coordenação de**  
152 **Enfrentamento a Violência contra as Mulheres;** A Colaboradora Larissa Sayuri e Carmen  
153 Zadra ambas da SEMIPI, cumprimentam a todas, e iniciam a apresentação falando sobre a  
154 reunião técnica com os 13 CRAMs do Paraná quando então foi criado o Grupo de Trabalho para  
155 tratar do CRAM (Centro de Referência de Atendimento a Mulher), Grupo de Trabalho que tem o  
156 objetivo de referenciar os processos de trabalho, considerando as especificidades das situações  
157 e realidades municipais, demandas, porte populacional e rede instalada, balizamento  
158 necessário para qualificação da oferta a partir da incorporação de saberes traduzido em  
159 metodologia de trabalho, além da possibilidade de avaliar o que deu certo e o que deve ser  
160 aprimorado, tais como recursos humanos, financeiros, estrutura física, equipe técnica e  
161 definição de papéis, com fluxos claros de atuação entre as políticas setoriais e as de garantia

164 de direitos, a perspectiva é potencializar, qualificar e expandir a rede que oferta o atendimento a  
165 mulher em situação de violência, Larissa Sayuri fala sobre os objetivos específicos do GT que  
166 são: Refletir sobre a metodologia de trabalho do CRAM e tudo que envolve tais como, gestão,  
167 rede, território, realidade, dentre outros; Elaborar os seguintes documentos técnicos, o Passo a  
168 passo para implantação do CRAM no Paraná, O CRAM que queremos no Paraná - Caderno  
169 Orientativo; Reorganizar o assessoramento técnico da gestão estadual as gestões municipais e  
170 CRAMs; Implementar sistemática de geração e compartilhamento de informações, fala que tem  
171 como base o documento existente que subsidia os CRAMs que foi elaborado pelo Governo  
172 Federal e disponibilizado em 2006 com a ideia central do Caderno Orientativo certamente a de  
173 manter as diretrizes propostas porém alinhadas a realidade do Paraná, conta que o GT se  
174 organizou da seguinte forma: composto por representantes de todos os Municípios que  
175 possuem CRAM e alguns Órgãos com afinidade ao tema e foram organizadas as discussões  
176 em “Blocos”, diz que em julho de 2023 foram iniciadas as reuniões e um “drive” foi criado para a  
177 alimentação de cada Bloco de assuntos e que semanalmente os profissionais juntamente a  
178 equipe de Coordenação de enfrentamento a Violência Contra as Mulheres se encontraram  
179 online para diálogos e encaminhamentos, o assunto tema do “Bloco 1” foi: Diagnóstico da  
180 Mulher em Situação de Violência no Estado do Paraná, do “Bloco 2” foi: Modalidades de CRAM  
181 – Estrutura Física, Recursos Humanos e Equipamentos, do “Bloco 3” foi: Modalidades de  
182 CRAM – Recursos Financeiros, Mapeamento e Articulação da Rede, do “Bloco 4” foi: Análise,  
183 Contexto e delimitações dos CRAMs, CRAS, CREAS, Órgãos Gestores, ou seja quais são as  
184 atribuições de cada um, as demandas versus necessidades, do “Bloco 5” foi: Metodologia de  
185 atuação e a parte do Sistema de informações, do “Bloco 6” foi: Capacitação de pessoal e Fluxos  
186 de entrada e saída dos serviços, do “Bloco 7” foi: um compilado de tudo isso, ou seja o passo a  
187 passo para implantação do CRAM, fala que os assuntos que surgiram no decorrer das reuniões  
188 do GT CRAM foram, o histórico do CRAM, o trabalho com o autor da violência, as estratégias  
189 de acolhimento e pós acolhimento, os relatos de experiências exitosas dos CRAMs, os relatos  
190 de atendimentos a públicos específicos (ou diversidade) para mostrar que é possível e os  
191 desafios, ou seja, pontos de divergências por causa das diferentes realidades de cada um dos  
192 CRAMs do Paraná, mostra agora em tela o cronograma de visitas técnicas do GT CRAM que  
193 consiste: dia 11/08/2023 em Araucária, 14/08 em Curitiba (Casa da Mulher Brasileira), 18/08 em  
194 Ponta Grossa, 22/08 em Ibiporã, 23/08 em Londrina, 24/08 em Apucarana, 30/08 em Cianorte,  
195 31/08 em Maringá, 01/09 em Sarandi, 13/09 em Campo Mourão, 14/09 em Umuarama, 20/08  
196 em Foz do Iguaçu e 28/08 em Pinhais, vai finalizando falando que os profissionais que  
197 participam do Grupo de Trabalho são: Equipe de Coordenação de Enfrentamento a Violência  
198 Contra as Mulheres, Representante da Coordenação de Fomento ao Protagonismo Feminino,  
199 Equipe dos CRAMs Municipais e CRAMs Estaduais do Paraná, representante da Casa da  
200 Mulher Brasileira, Representante do Forum de Gestoras Municipais de Políticas para Mulheres  
201 do Paraná, Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM),  
202 Representante da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Representante da Secretaria de  
203 Estado do Desenvolvimento Social e Família/Coordenação da Política de Assistência Social  
204 (SEDEF/CPAS) e Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP), termina a explanação  
205 falando dos próximos passos do GT CRAM que são: Organização do Caderno Orientativo,  
206 Apresentação do Caderno Orientativo para o CEDM, Aprovação do Caderno Orientativo por  
207 meio de deliberação na reunião ordinária do CEDM e Lançamento do Caderno Orientativo,  
208 finaliza deixando o Contatos da Coordenação de Enfrentamento da Violência Contra as  
209 Mulheres de email [cevim@semipi.pr.gov.br](mailto:cevim@semipi.pr.gov.br), site [www.semipi.pr.gov.br](http://www.semipi.pr.gov.br), telefone (41) 3110-2948  
210 e agradece a todas pela atenção, a Presidente Mariana agradece e parabeniza Larissa Sayuri,  
211 Carmen Zadra e toda a equipe da CEVIM pelo trabalho que vem sendo realizado no GT CRAM e  
212 abre a palavra para perguntas, a Conselheira Carmen Ribeiro da Rede Feminista de Saúde pede  
213 a palavra e pede para estabelecer nesse trabalho a diferença entre CREAS e CRAM, que são  
214 ambas políticas Federais e é difícil entender, porque o CREAS (Centro de Referência  
215 Especializado de Assistência Social) está dentro do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)

218 e o CRAM (Centro de Referência de Atendimento a Mulher) dentro da Política da Mulher, então  
219 pensa que é importante esse entendimento, a Colaboradora Larissa Sayuri responde que o  
220 CREAS presta atendimento a crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e  
221 idosos, que estão em situação de violência de direitos, e o CRAM seria uma ramificação do  
222 CREAS, então é algo a se rever porque o CRAM presta atendimento somente para as mulheres  
223 em situação de violência, faz acompanhamento psicológico e presta auxílio na obtenção do  
224 apoio jurídico, então a questão da atuação do CRAM e CREAS é muito delimitada e essa  
225 questão é um dos pontos de divergências que estão sendo discutidos no GT, a Conselheira  
226 Carmen agradece a resposta, não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa para o  
227 próximo ponto da pauta; item sete; **7) Apresentação sobre o Fundo Estadual dos Direitos**  
228 **da Mulher (FEDIM), Perspectivas e Oportunidades de Financiamento de Ações,**  
229 **Programas e projetos – SEMIPI;** A Coordenadora de Enfrentamento as Violências Contra  
230 as Mulheres Juliany dos Santos pede a palavra, cumprimenta todas e todos, inicia falando que  
231 irá abordar, para que todas tenham conhecimento, a modalidade do Fundo Estadual que é o  
232 Fundo a Fundo, mostra em tela as formas de execução de recursos do Estado que são:  
233 Contratações de serviços e/ou aquisições (procedimentos licitatórios), Formalização de  
234 parcerias com as Organizações da Sociedade Civil e os Repasses Fundo a Fundo, explica que  
235 o Cofinanciamento Fundo a Fundo é uma implicação financeira de recursos do Estado no  
236 financiamento para execução dos serviços, programas, projetos, ações e aprimoramento de  
237 gestão instituídos em determinada Política Pública, com concepção teórica e política da  
238 municipalização, descentralização e democratização de recursos, de Fundo Público Estadual  
239 para Fundo Público Municipal e o CEDM tem função precípua de deliberar, formular e controlar  
240 as políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher, fala que os princípios de  
241 Cofinanciamento no Estado são: Mecanismo de descentralização para contribuir com a  
242 simplificação e celeridade do repasse para execução dos serviços, programas, projetos e  
243 ações; Comprometimento com a orientação descentralizadora estabelecida na Constituição em  
244 relação ao modelo de financiamento e prestação de serviços das políticas públicas envolvidas;  
245 Integração da participação do controle social, garantindo papel efetivo dos Conselhos  
246 Municipais no processo de acompanhamento do cofinanciamento em seus territórios e Foco na  
247 finalidade dos repasses e seus resultados (efetividade), fala agora do Fundo Estadual dos  
248 Direitos da Mulher que foi criado pela Lei nº 21.370/2023 em 21 de março de 2023, com  
249 Decreto de regulamentação e construção da Resolução ainda em fase final, passa agora a  
250 palavra para o Diretor Geral da SEMIPI Dr. Diego Buligon para fazer a explanação sobre a  
251 tramitação desses documentos citados, Diego cumprimenta a todas e todos, inicia falando  
252 que a regulamentação por parte do Fundo é uma obrigação para que se possa fazer o  
253 repasse Fundo a Fundo, diz que foi elaborada a minuta desse Decreto de Regulamentação  
254 em conjunto com toda a equipe técnica da Secretaria da Mulher justamente para que se  
255 buscasse sanar eventuais problemas operacionais de repasses do fundo, porém essa  
256 Regulamentação ocorre através de um decreto do Governador do Estado então existe esta  
257 tramitação burocrática que não é tão simples mas já está em fase final, ou seja foi feita a  
258 minuta do decreto, encaminhada para a Procuradoria Geral do Estado que já fez a análise da  
259 minuta, a seguir foi encaminhada para a Secretaria da Fazenda onde passa por três (03)  
260 Diretorias e está faltando apenas passar por uma (01) Diretoria para retornar e ser  
261 encaminhada para a Casa Civil para revisão e publicação do Decreto de Regulamentação,  
262 acredita que ainda nesta semana isso ocorrerá, portanto todo um trabalho vem sendo feito  
263 pela Secretaria da Mulher para que os Municípios criem Conselho da Mulher e respectivo  
264 Fundo para que se possa fazer os repasses Fundo a Fundo que é a modalidade mais ágil e  
265 eficaz de repasse de recursos, pois o que se almeja é que neste ano ainda se façam os  
266 pagamentos aos Municípios que se habilitarem, agradece a todas pela atenção e passa a  
267 palavra para Juliany continuar a explanação, Juliany explica agora o que fica para o CEDM  
268 deliberar que seria os Critérios de elegibilidade, Critérios de partilha dos recursos, Execução,  
269 Prestação de contas e etc., fala que para instauração de procedimentos e fluxos a ordem é a

272 seguinte: 1) Formulação – concepção, previsão orçamentária e deliberação; 2) Implementação  
273 – adesão, plano de ação, revisão de condições de pagamento, abertura de contas, repasses  
274 dos recursos e execução Municipal, 3) Prestação de contas – Relatório do município com a  
275 aprovação do Conselho Municipal, Parecer do Setor Financeiro, Parecer da Área Técnica e  
276 Relatório Final Sistematizado para o Conselho Estadual, continua a sua fala mostrando em tela  
277 as ferramentas que serão utilizadas pela Secretaria, ou seja, a plataforma eletrônica que já está  
278 organizada e que serve para agilizar o processo de plano e prestação de contas –  
279 SIFF/SISTAG, sendo SIFF o Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo  
280 a Fundo (fase municipal da adesão) e SISTAG o Sistema de Transferências e Apoio à Gestão  
281 (fase estadual), então o ciclo do processo de cofinanciamento seria a Fase 1 de Formulação,  
282 Fase 2 de Implementação e Fase 3 de Prestação de contas e Avaliação, diz que os  
283 cofinanciados serão os municípios paranaenses de acordo com critérios estabelecidos nas  
284 deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e o Fundo Estadual dos Direitos da  
285 Mulher (FEDIM) transfere para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher, vai finalizando  
286 falando dos **Objetivos Estratégicos** que são: 1. Avaliar os resultados e impactos do  
287 cofinanciamento para a população beneficiada com os serviços; 2. Valorizar o papel de controle  
288 social no processo de Cofinanciamento; 3. Aprimorar mecanismos de transparência sobre o  
289 processo de cofinanciamento 4. Transformar o trabalho operacional em avaliação estratégica,  
290 **Objetivos Táticos** que são: 1. Avaliar o custo do processo de cofinanciamento estadual; 2.  
291 Capacitar às instâncias municipal e estadual envolvidas no processo de Cofinanciamento; 3.  
292 Aperfeiçoar o apoio técnico e assessoramento aos executores das políticas; 4. Facilitar a  
293 operação das análises do plano de ação e prestação de contas para as áreas envolvidas; 5.  
294 Aprimorar fluxos entre as áreas do processo de cofinanciamento e **Objetivos Operacionais**  
295 que são: 1. Realizar estudos específicos sobre a execução orçamentária municipal e suas  
296 dificuldades; 2. Realizar estudos sobre o custo operacional de cada transferência para  
297 constante avaliação de impacto que os repasses podem gerar no município; 3. Criar modelos  
298 de capacitações específicas a cada instância envolvida sobre o processo e a plataforma  
299 eletrônica; 4. Melhorar acesso à plataforma eletrônica aos municípios e seus conselhos e 5.  
300 Disponibilizar relatórios gerenciais à consulta da população, finaliza a sua apresentação  
301 agradecendo a todas pela atenção e dizendo que fica a disposição para eventuais dúvidas, a  
302 Colaboradora Carmen Zadra da CEVIM pede a palavra e diz que gostaria de também contribuir  
303 nessa pauta falando que política pública se faz com planejamento e com recursos financeiros,  
304 que já existia o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres mas não existia o financiamento,  
305 então esse é um momento histórico, inédito, pois hoje tem o recurso financeiro para  
306 implementação do repasse Fundo a Fundo, a Presidente Mariana também diz que gostaria de  
307 fazer uma consideração com relação ao Cofinanciamento Estadual Repasse Fundo a Fundo,  
308 fala que em 21 de março de 2023 foi sancionada pelo Governador Ratinho Júnior a Lei nº  
309 21.370/2023 que cria o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher no Paraná, na ocasião da  
310 assinatura da Lei, o Governador do Estado determinou o repasse de R\$ 2.000.000,00 (dois  
311 milhões de reais) para o Fundo e o Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná anunciou  
312 mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), totalizando R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de  
313 reais) e de imediato a pedido da Secretária Leandre anuncia que o Governador nesse momento  
314 colocou mais R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o Fundo, então totalizando R\$  
315 6.000.000,00 (seis milhões de reais) que será o valor do ponto de partida em 2023, diz que a  
316 proposta, a ideia, para utilização desses recursos aportados é a de que será realizado repasse  
317 único aos Municípios paranaenses com o objetivo de financiar de forma compartilhada com a  
318 gestão municipal, a implantação de serviços, programas, benefícios e projetos voltados a  
319 Política da Mulher e incentivar a estruturação dos sistemas de governança, fala que que o  
320 Estado do Paraná possui 399 Municípios com uma população de 5.313.532 (cinco milhões  
321 trezentas e treze mil e quinhentas e trinta duas) mulheres, de acordo com o censo de 2010, o  
322 novo censo de 2022 será divulgado no dia 6 de setembro de 2023, diante do exposto é  
323 imprescindível a definição de critério justo e equânime para partilha dos recursos do Fundo



326 Estadual da Mulher, apresenta agora em tela o slide que mostra que o Sistema de Governança  
327 idealmente deveria ser formado pelo **Organismo Próprio** de Políticas Públicas para Mulheres  
328 (Secretaria, Diretoria, Departamento ou Coordenação), pelo **Conselho Municipal dos Direitos**  
329 **da Mulher**, pelo **Fundo Municipal** e pelo **Plano Municipal**, mas diz que esse Sistema de  
330 Governança ideal está bem distante nos Municípios paranaenses, por isso nesse primeiro  
331 momento entende-se que a primeira exigência é a obrigatoriedade de ter o Conselho Municipal  
332 e o Fundo Municipal, para que o Município venha receber o recurso, fala que o cenário antes  
333 do evento “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” (maio de 2023) era de 17 Municípios com  
334 Organismos Próprios, 149 Municípios com Conselho Municipal e 64 Municípios com Fundo  
335 Municipal, e após o evento “Caravana Paraná Unido pelas Mulheres” (setembro de 2023) é de  
336 29 Municípios com Organismos Próprios, 176 Municípios com Conselho Municipal e 91  
337 Municípios com Fundo Municipal, portanto a princípio seria o grupo de 91 Municípios que  
338 possuem o Fundo a ser focalizado para a utilização desses R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de  
339 reais), sendo a proposta inicial trabalhar por faixa de população desses Municípios por exemplo,  
340 4 faixas de população: Faixa 1 - os Municípios que tem a população de 1% de mulheres seria  
341 destinada uma cota de incentivo de R\$ 50.000,00; Faixa 2 - os Municípios que tem a população  
342 maior que 1% a 2% de mulheres seria destinada uma cota de R\$ 75.000,00; Faixa 3 - os  
343 Municípios que tem a população maior que 2% a 4% de mulheres seria destinada uma cota de  
344 incentivo de R\$ 100.000,00 e Faixa 4 - os Municípios que tem a população maior que 4% de  
345 mulheres seria destinada uma cota de incentivo de R\$ 100.000,00, também como proposta  
346 inicial destinar a esses Municípios uma cota variável (plus+) de R\$ 30.000,00 para aqueles que  
347 possuem Organismos Próprios de Políticas para Mulheres (OPMs), ou Centro de Referência  
348 de Atendimento a Mulher (CRAM) ou Unidade de Acolhimento (Abrigo), fala agora sobre a  
349 proposta inicial que seria a regra do “Ranking”, ou seja, não havendo disponibilidade financeira  
350 para contemplar todos os Municípios habilitados ainda em 2023, serão utilizados os seguintes  
351 critérios: 1) *Dados de Violência no Município* – “ranking” baseado nos índices de violência,  
352 proporcionalmente, nos municípios (boletins de ocorrência, medidas protetivas concedidas,  
353 medidas protetivas violadas, tentativas de feminicídio e taxas de feminicídio) e 2) *Índice de*  
354 *Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC)* – “ranking” utilizando o IDSC que é a  
355 ferramenta que tem como objetivo auxiliar as cidades a medir seu desempenho segundo os  
356 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, bem como de permitir uma série de  
357 análises que vão além dos limites Municipais, como aspectos demográficos, sociais,  
358 ambientais, entre outros, finaliza a sua fala dizendo que gostaria de fazer o encaminhamento de  
359 uma agenda para esse Conselho deliberar sobre estas propostas iniciais explanadas,  
360 específicas para aprofundar essa temática, agenda esta que seria, dia 12 de setembro às 15  
361 horas uma reunião da Comissão de Planejamento e Orçamento e no dia 14 de setembro às 14  
362 horas uma reunião extraordinária do CEDM, ambas no formato virtual, todas as Conselheiras  
363 concordam com a agenda de reuniões que terá como pauta a Deliberação dos Recursos do  
364 Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, não tendo mais nada a tratar a Presidente passa para o  
365 próximo ponto da pauta; item oito; **8) Apresentação das Ações do Plano Estadual dos**  
366 **Direitos da Mulher da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda (SETR)**; A  
367 Conselheira Mariluce Santos de Pontes Gogosz deseja uma boa tarde a todas, inicia a  
368 apresentação mostrando em tela o EIXO 1. PROTAGONISMO E AUTONOMIA ECONÔMICA  
369 PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE RENDA com a Ação: Fomentar a inserção no  
370 mercado de trabalho de mulheres jovens, divulgando ações que oferecem às adolescentes e  
371 jovens a oportunidade do primeiro emprego e de sua formação como aprendizes,  
372 principalmente no Programa Jovem, Meta 100% atingida, com a colocação no mercado de  
373 trabalho de 2.410 mulheres em 2021, 2.912 mulheres em 2022 e previsão de mais de 6.000  
374 mulheres em 2023, todas da faixa etária entre 14 a 24 anos, ainda do EIXO 1 com a Ação:  
375 Realizar cursos de capacitação e qualificação profissional para Mulheres utilizando a carreta do  
376 conhecimento, Meta atingida com 654 mulheres inscritas no curso em 2021, 1.344 mulheres  
377 inscritas no curso em 2022 e 2023 ainda a definir, fala que o Projeto Carretas do Conhecimento

380 abriu 1.746 vagas em 64 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2021, abriu 3.734  
381 vagas em 94 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2022 e abriu 1.928 vagas em  
382 49 localidades espalhadas por todo o Estado no ano de 2023, também do EIXO 1 com a Ação:  
383 Colaborar com a SETR em campanha de conscientização junto aos empregadores contrata  
384 pela Agência do Trabalhador, atentando para a desigualdade da mulher no mercado de  
385 trabalho, especialmente em termos salariais, com objetivo de evitar a discrepância nas vagas  
386 intermediadas pelas Agências do Trabalhador, Meta atingida com 919 vagas abertas para  
387 mulheres em 2022, 3.921 vagas abertas para mulheres em 2023, fala também da Campanha  
388 Semana da Mulher 2023 quando foram abertas 1.833 vagas para mulheres nas agências do  
389 trabalhador, mostra agora o EIXO 2. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA MAIOR  
390 EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS com a Ação: Produzir um relatório analítico  
391 referente à empregabilidade e inserção das mulheres paranaenses no mercado de trabalho,  
392 com base nos dados obtidos pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego), Meta atingida pois o  
393 Observatório do Trabalho publicou no site da SETR boletim informativo sobre resultado de  
394 empregabilidade da Mulher no primeiro trimestre de 2023 no Estado do Paraná, finaliza a  
395 apresentação agradecendo a todas pela atenção, a Secretária Executiva Maria Letícia pede a  
396 palavra e diz que esta apresentação das Ações do Plano Estadual da SETR estará disponível no  
397 site do Conselho, www.cedm.pr.gov.br na aba Reuniões, a Presidente Mariana agradece Mariluce  
398 pela apresentação e passa para o próximo ponto de pauta; item nove; **9) Relatório das**  
399 **Comissões Permanentes do Mês de Julho e Setembro; 9.1) Comissão de Trabalho e**  
400 **Autonomia: Pauta 1** - Definição da Coordenação e Relatoria, **Parecer da Comissão:** Por falta  
401 de participação das conselheiras da SETI, SETR, CUT/PR, não foi possível definir coordenação  
402 e relatoria, **Parecer do CEDM:** Definir na próxima reunião; **Pauta 2** - Relato da APP Sindicato  
403 feito em reunião do CEDM em 04 de abril, quando foi sugerido que fosse feito o  
404 desmembramento do relato em tópicos, plataformização na autonomia pedagógica, piso salarial,  
405 equidade de gênero, lista de presença/reconhecimento facial, alimentação, **Parecer da**  
406 **Comissão na reunião de junho:** Por falta da representante do SEED, não foi possível avançar  
407 na discussão, foi sugerido pautar novamente na reunião de julho com a presença da  
408 Conselheira representante da APP Sindicato e da SEED, **Parecer do CEDM na reunião de**  
409 **junho:** Aprovado, com a sugestão de reunião extraordinária da comissão antes da próxima  
410 reunião ordinária, **Parecer da Comissão na reunião de julho:** Por falta de participação das  
411 Conselheiras da SETI, SETR, CUT/PR e representante do SEED, não foi possível avançar na  
412 discussão, foi sugerido que seja pautado novamente na reunião de agosto com a presença da  
413 Conselheira representante da APP Sindicato e da SEED, também foi sugerido uma próxima  
414 reunião dessa comissão e que a SEED seja novamente convocada, **Parecer do CEDM na**  
415 **reunião de julho:** Aprovado; **9.2) Comissão de Comunicação, Mobilização e**  
416 **Acompanhamento dos Conselhos Municipais: Pauta 1** - Definição da Coordenação e  
417 Relatoria: **Parecer da Comissão na reunião de junho:** Foi sugerida a definição destas duas  
418 funções na próxima reunião da Comissão, **Parecer do CEDM na reunião de junho:** Aprovado,  
419 **Parecer da Comissão:** Em 22/06, em reunião extraordinária virtual, a comissão fez a indicação  
420 da Coordenadora e da Relatora, Coordenadora a Conselheira Rosalina Batista representante da  
421 ASSEMPA e Relatora a Conselheira Kharin Bevervanso representante da SEAB, **Parecer do**  
422 **CEDM:** Aprovado, **Pauta 2** - Desenvolvimento de plano de ação inter Conselhos Estaduais:  
423 Desenvolver um plano inter Conselhos Estaduais (CONSEPIR, CONSEA, Conselho da Saúde,  
424 CEAS, CEDI, CEDCA entre outros) para que possam debater em conjunto e levar para a plenária  
425 as definições de quais são as ações prioritárias em relação as necessidades de saúde, educação,  
426 fragilidades e discriminação, para que as políticas públicas sejam consolidadas, **Parecer da**  
427 **Comissão na reunião de junho:** Devido ao número reduzido de conselheiras deliberou-se por  
428 realizar reunião online da Comissão, a fim de cumprir esta demanda e que seja incluído no Plano  
429 Inter Conselhos Estaduais, o Comitê Estadual LBTQI+, **Parecer do CEDM na reunião de junho:**  
430 Pautar novamente na próxima reunião, **Parecer da Comissão:** Em reunião extraordinária virtual,  
431 realizada em 22/06, a Comissão decidiu pelo encaminhamento de ofícios ao CONSEPIR,



434 CONSEA, Conselho da Saúde, CEAS, CEDI, CEDCA, Conselho da Educação, Comitê Estadual  
435 LBTQI+, solicitando informações sobre as pautas afetas à mulher que estão sendo discutidas  
436 nesses conselhos bem como os calendários das reuniões para conhecimento e possível  
437 participação das representantes do CEDM, ainda solicitar informações de como os Conselhos  
438 Estaduais discutem a política da mulher em seus respectivos Planos Estaduais, **Parecer do**  
439 **CEDM**: Aprovado; **Pauta 3** - Curso de Capacitação de Conselhos: **Parecer da Comissão de**  
440 **Planejamento e Orçamento na reunião de junho**: Encaminhar para Comissão Comunicação,  
441 Mobilização e Acompanhamento dos Conselhos Municipais para avaliação do conteúdo dos  
442 cursos de capacitação de conselhos e a proposta metodológica a ser recomendada ao  
443 programa Caravana Paraná Unido pelas Mulheres, **Parecer do CEDM na reunião de junho**:  
444 Aprovado, ver parecer da comissão de comunicação; **Parecer da Comissão**: Realizada reunião  
445 virtual extraordinária em 22 de junho quando foi definido a partir do curso já existente no you tube,  
446 elaborar um roteiro mais atualizado para o curso, com a proposta de 5 módulos e que em um  
447 deles seja abordado o tema: “Papel do Controle Social na Gestão”, o curso poderá ser  
448 disponibilizado pela plataforma da Escola de Gestão, com sugestão de que os primeiros módulos  
449 sejam sobre a implantação de Conselhos e Fundos Municipais da Mulher e os últimos módulos  
450 com temas que podem variar durante o ano, a Conselheira Rosalina solicitou o encaminhamento  
451 de material desenvolvido pelo CEDM que pode subsidiar a construção do novo curso e sugere  
452 que as próximas reuniões da Comissão possam ser realizadas presencialmente na tarde que  
453 antecede as reuniões do Conselho, também será realizada uma reunião extraordinária da  
454 Comissão no dia 04 de agosto no formato online, para tratar especificamente deste item, **Parecer**  
455 **do CEDM**: Aprovado; **Pauta 4** - Relato da participação da Conselheira Rosalina na reunião  
456 técnica “O CRAM na prática”: **Parecer da Comissão na reunião de junho**: Devido à ausência  
457 da conselheira responsável pelo relato, deliberou-se para que a mesma faça o relato, na  
458 reunião da Comissão, em tempo, após o almoço, a conselheira Rosalina fez o referido relato  
459 e sugeriu que se faça a reunião da Comissão antes do início das Caravanas (15 de junho),  
460 para que as caravanas não comecem sem ter o alinhamento entre os Conselhos, o relato foi  
461 anexado no Grupo de Whatsapp, **Parecer do CEDM na reunião de junho**: verificar a agenda  
462 das conselheiras para realização de reunião virtual antes do dia 15, se possível, **Parecer da**  
463 **Comissão**: Realizada reunião virtual extraordinária em 22 de junho, a Conselheira Rosalina  
464 encaminhou a sistematização dos assuntos discutidos na referida reunião para conhecimento da  
465 Comissão, conforme a seguir: **Reunião Técnica sobre os CRAMs do Paraná**: dias 29 e  
466 30/05/2023; **CRAM de Araucária** - Na apresentação o município está 4º lugar na questão do  
467 feminicídio, segundo o Mapa da violência, possui educador social; sala para Patrulha Maria da  
468 Penha; sala para OAB em parceria com faculdade e foi construído com dinheiro do judiciário, a  
469 equipe faz atendimento as mulheres que solicitam renovação ou revogação das Medidas  
470 Protetivas, atendimento grupal e é aberto, onde a mulher pode entrar a qualquer momento, está  
471 com grande problema com a Delegacia Especializada (péssimo atendimento), a equipe  
472 participar dos encontros com homens realizado pelo judiciário, também acompanha a  
473 Delegacia na busca de pertences das mulheres e tem abrigo; **CRAM de Curitiba** - Curitiba tem  
474 07 Casas da Mulher Brasileira, tem brinquedoteca e a equipe fica com as crianças para  
475 observar se as mesmas sofrem violência, também aceitam animais pois tem o “pet friendly” e  
476 apresentaram um vídeo com depoimentos de mulheres que superaram a violência; **CRAM de**  
477 **Guarapuava** - apresentou um sistema de dados que foi comprado com uma empresa de  
478 Londrina e o sistema é superdidático; **CRAM de Ponta Grossa** - os atendimentos individuais  
479 são entre 6 a 10 sessões e depois oferecem atendimento grupal através de grupos reflexivos,  
480 não elaboram relatório para a Justiça, o projeto “Agentes pelas Mulheres” tem como objetivo  
481 capacitar 300 agentes comunitárias, para explicar sobre o sinal canadense “# signal for help”,  
482 onde a mulher dobre o dedão e depois os demais para pedir ajuda e também tem parceria com  
483 o projeto do CONDOR – “Transformando Vidas”, onde oferecem emprego para as mulheres em  
484 situação de violência e a mulher uma vez por semana é liberada para ser atendida por uma  
485 psicóloga do CRAM; **CRAM de Umuarama** - atende no prédio junto com o CREAS, o CRAM

488 atende mulheres em situação de violência e o CREAS atende idoso e Pessoas com Deficiência,  
489 devido a reforma tiveram que sair de um espaço maravilhoso e talvez perderão o mesmo;  
490 **Demais assuntos apresentados:** Terezinha de Maringá falou sobre a CIPA (Comissão Interna  
491 de Prevenção de Acidentes) que esse ano elegeu o tema assédio sexual e moral no trabalho  
492 para trabalhar com os funcionários das empresas, Carmem da Secretaria do Estado destacou  
493 que foi levantada a questão da defasagem das Normas Técnicas dos CRAMS do Governo  
494 Federal, pois é de 2006 e essas Normas não apresentam diferença para municípios de  
495 realidade diferentes, Carmem ainda destacou que o Estado está pensando na implantação do  
496 Observatório no Estado, que muitos municípios ainda não possuem Conselho dos Direitos da  
497 Mulher e nem Fundo, também falou que Cianorte apresentou que o município tem somente 1%  
498 de reincidência de violência praticada pelos homens por isso é importante um levantamento  
499 mais detalhado e é importante fazer um levantamento dos abrigos no PR e seus critérios,  
500 Rosalina destaca agora o **Objetivo do Grupo Técnico proposto pelo Estado:** fortalecer as  
501 parcerias no enfrentamento às violências contra as mulheres, refletir a metodologia do CRAM,  
502 elaborar documentos técnicos (como exemplo Guia dos CRAMS), reorganizar o  
503 assessoramento técnico de gestão estadual às gestões municipais e CRAMS e implantar um  
504 sistema de geração e dados e compartilhamento de informações e destaca também a **Proposta**  
505 **para criação do Grupo Técnico:** os encontros serão semanais, todas as terças-feiras das 9 às  
506 12 horas, na forma presencial e virtual, a duração do grupo será de 02 meses, sendo 08  
507 encontros, para depois elaborarem o guia, irão rever as datas, pois as datas informadas não  
508 serão as mesmas e também irão criar um grupo pelo WhatsApp com as representantes dos  
509 CRAMS do Paraná e repassarão as datas dos encontros; **Parecer do CEDM:** Ciente; **Pauta 5 –**  
510 **Apresentação da Rede de Serviços oferecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA) em**  
511 **casos de violência contra a mulher: Parecer da Comissão:** Após a verificação em ata da  
512 sugestão de encaminhamento a esta comissão, sugere-se remeter para a mesa diretiva, para que  
513 possa pautar em reunião ordinária em especial após a posse do novo Conselho, **Parecer do**  
514 **CEDM:** Aprovado; **Pauta 6 - Moção sobre vacinação e exames citopatológicos: Parecer da**  
515 **Comissão:** A Comissão aprova o encaminhamento da moção apresentada pela SESA e propõe  
516 que seja também encaminhada a todos os gestores municipais da política da mulher, gestores  
517 municipais da política de saúde e respectivos conselhos municipais, nesse momento a moção a  
518 ser encaminhada foi lida pela Secretária Executiva Maria Letícia, a conselheira Carolina Poliquesi  
519 da SESA pede a palavra e sugere que seja acrescentado nessa moção o seguinte parágrafo:  
520 “solicitamos ampla adesão e mobilização para a Campanha multivacinação que acontecerá entre  
521 os dias 14 e 28 de outubro deste ano, assim como o “dia D” que acontecerá no dia 21 de  
522 outubro”, **Parecer do CEDM:** Aprovado, com a inclusão do parágrafo sugerido por Carolina,  
523 também divulgar nos demais canais de comunicação do Estado tais como: Secretarias de Estado,  
524 Conselhos Municipais da Mulher e site do CEDM; **9.3) Comissão de Planejamento e**  
525 **Orçamento: Pauta 1 - Indicadores das mulheres em situação de risco através das drogas,**  
526 **pauta solicitada pela Conselheira Silvana Rausis da ASSEMPA na reunião plenária do mês de**  
527 **junho do CEDM, a Conselheira Silvana Rausis informou que faz parte do Conselho de**  
528 **Políticas sobre Drogas de Curitiba e gostaria de pautar os indicadores das mulheres em**  
529 **situação de risco através da droga, seja ela dependente ou relacionada a alguém que atua**  
530 **nessa área, com esses dados seria possível fazer o resgate dessas mulheres para as casas-**  
531 **abrigo e posterior encaminhamento para uma formação a qual lhes proporcione um trabalho,**  
532 **Parecer da Comissão:** A Conselheira Silvana Rausis, que propôs a pauta, não compareceu  
533 na reunião ordinária do mês de julho, bem como, a Comissão conta com a presença de  
534 apenas uma conselheira, sendo assim, esta Comissão delibera que esse ponto seja discutido  
535 no próximo mês, **Parecer do CEDM:** Aprovado, esclarecer com a proponente da pauta qual é  
536 a proposta; **9.4) Comissão de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher: Pauta 1 - Lei**  
537 **Maria da Penha nas escolas, pauta solicitada pela Conselheira Sílvia Cristina de Lima da**  
538 **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), Parecer da Comissão**  
539 **no mês de junho:** Será pautado na próxima reunião da comissão considerando ausência da

542 proponente e da necessidade de convite para a representante da SEED para discussão da  
543 pauta afeta, **Parecer do CEDM no mês de junho**: Aprovado, **Parecer da Comissão no mês**  
544 **de julho**: Retirada da pauta considerando a ausência da proponente e material para análise  
545 da demanda em duas reuniões consecutivas e a impossibilidade desta Comissão realizar  
546 discussão devido a falta de elementos, **Parecer do CEDM**: Aprovado; **Relato Mês de**  
547 **Setembro: Pauta 1** – Protocolo do Femicídio/Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da  
548 Violência contra as Mulheres - Indicação de pontos a esclarecer com a Coordenação do  
549 Comitê Interinstitucional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: suas atribuições  
550 referentes ao protocolo do feminicídio, quais os órgãos que compõem a rede de proteção a  
551 nível estadual, necessidade de ampliar o item relativo ao aprimoramento da qualidade dos  
552 dados de violência contra as mulheres abarcando não apenas a comunicação  
553 interinstitucional mas também a publicização dos dados para consulta pública, **Parecer da**  
554 **Comissão**: Encaminhar questionamento dos itens relacionados à Coordenação do Comitê  
555 Interinstitucional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres, **Parecer do CEDM**:  
556 Aguardar a instalação do Comitê para que essas questões possam ser encaminhadas,  
557 compartilhar com as Conselheiras o link do BI (Business Intelligence) da SESP, **Pauta 2** –  
558 Padronização dos formulários de atendimento às vítimas de violência - A partir do relato  
559 feito pela Vereadora de Irati – Vera Gabardo, avaliar os formulários de atendimento às  
560 mulheres vítimas de violência, para que não conste na notificação ao agressor o local onde  
561 a vítima se encontra quando solicitada a medida protetiva, criar mecanismos para garantir o  
562 sigilo sobre a localização da vítima quando da solicitação da medida protetiva, **Parecer da**  
563 **Comissão**: Encaminhar a solicitação à SESP, Ministério Público, Poder Judiciário (CEVID),  
564 Defensoria Pública e também comunicar à vereadora dos encaminhamentos do CEDM  
565 referentes a sua denúncia, **Parecer do CEDM**: Aprovado, com a sugestão de agendamento  
566 de uma reunião com o Ministério Público, Defensoria Pública, SESP, Procuradoria da Mulher,  
567 Poder Judiciário, OAB e integrantes da Comissão, sendo essa reunião no formato virtual,  
568 **Pauta 3** – Implantação e metodologia de atuação das Casas da Mulher Brasileira: **Parecer**  
569 **da Comissão**: Solicitar à Coordenação de Enfrentamento A Violência Contra as Mulheres  
570 informações sobre: quais os municípios do Paraná vão receber o financiamento para  
571 construção da Casa da Mulher Brasileira, sobre o Pacto de Enfrentamento à Violência,  
572 encaminhar também a mesma solicitação ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher  
573 enfatizando a necessidade de diálogo para conhecimento das ações realizadas pelo  
574 Governo Federal; **Parecer do CEDM**: Aprovado, encaminhar ofício ao Ministério das Mulheres  
575 e Conselho Nacional solicitando as informações; **Pauta 4** – PL n.º 607/2023 – Afixação de  
576 cartazes informativos sobre o dever legal de comunicação às autoridades de casos de  
577 estupro - o CEDM tomou conhecimento do Projeto de Lei e gostaria de fazer ponderações,  
578 tais como: a) Assunto já discutido anteriormente no CEDM junto à Defensoria Pública,  
579 SESA, SESP, serviços de saúde que atendem a violência sexual e também junto aos demais  
580 Estados da União, devido a publicação pelo Ministério da Saúde, na gestão que findou em  
581 2022 de um protocolo de atendimento onde esta obrigação estava inclusa; b) Incompatibilidade  
582 entre a legislação apontada no PL 607/2023 com a legislação que rege a conduta dos  
583 profissionais da saúde referente a quebra do sigilo com exceção quando se tratar de criança ou  
584 adolescente ou pessoa incapaz de expressar sua vontade sendo então necessária a  
585 comunicação às autoridades competentes; c) Para proteger a saúde física e emocional da  
586 vítima de estupro é essencial acolhê-la com respeito e discrição em um ambiente seguro para  
587 ouvi-la e realizar os procedimentos de profilaxia, a existência de obrigatoriedade de  
588 comunicação externa de casos de estupro leva as vítimas a não buscarem atendimento médico;  
589 d) Existência de um instrumento de cooperação entre a SESP e a SESA que estabelece os  
590 procedimentos para a realização dos referidos exames e laudos periciais em ambiente  
591 hospitalar definindo em síntese as formas de comunicação com a Delegacia de  
592 Polícia/NUCRIA, **Parecer da Comissão**: Diante do exposto, encaminhar ofício ao Deputado  
593 Ney Leprevost, que propõe o Projeto de Lei, com as ponderações feitas pelo CEDM e solicitar

596 o arquivamento do mesmo, a Conselheira Carmen lê nesse momento a minuta feita por ela do  
597 ofício a ser encaminhado ao Deputado Ney Leprevost que diz o seguinte: Prezado Deputado,  
598 O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná, tomou conhecimento de Projeto de Lei  
599 de sua autoria que “DISPÕE SOBRE A AFIXAÇÃO DE CARTAZES INFORMATIVOS SOBRE O  
600 DEVER LEGAL DE COMUNICAÇÃO ÀS AUTORIDADES COMPETENTES DE CASOS DE  
601 ESTUPRO” e gostaria de apresentar algumas considerações para a sua apreciação. A  
602 obrigatoriedade de comunicação dos casos de estupro atendidos por profissionais da saúde já  
603 foi objeto de várias discussões no âmbito deste Conselho, como também, junto à Defensoria  
604 Pública, à Secretaria de Estado da Saúde e da Segurança Pública do Paraná e também junto  
605 aos serviços de saúde que atendem a violência sexual. Tal discussão não se limitou apenas ao  
606 Estado do Paraná, pois exigiu um posicionamento dos demais Estados por ocasião da  
607 publicação pelo Ministério da Saúde na gestão que findou em 2022 de um protocolo de  
608 atendimento onde esta obrigação estava inclusa. Os motivos que levaram a tais discussões à  
609 época e novamente neste momento, trazem à tona vários aspectos legais e de saúde pública, a  
610 saber: – Há uma incompatibilidade entre a legislação apontada no PL 607/2023, a qual  
611 justificaria a proposta nele contida, ou seja, a Lei de Contravenções Penais, com a legislação  
612 que rege a conduta dos profissionais da saúde, respectivamente os Códigos de Ética de cada  
613 uma das profissões da área, uma vez que vedam a comunicação de qualquer dado relativo aos  
614 pacientes atendidos para fora do ambiente específico da saúde e mesmo dentro deste ambiente  
615 sempre que não for necessário ao tratamento do paciente. A quebra do sigilo só é aceita com a  
616 autorização expressa do paciente, ou quando se tratar de criança ou adolescente ou pessoa  
617 incapaz de expressar sua vontade, sendo então necessária a comunicação às autoridades  
618 competentes; – Para proteger a saúde física e emocional da vítima de estupro é essencial  
619 acolhê-la com respeito e discrição em um ambiente seguro para ouvi-la e realizar os  
620 procedimentos de profilaxia, colher materiais para exame laboratorial e iniciar as medicações  
621 preventivas para as infecções sexualmente transmissíveis, incluídas o HIV/AIDS, bem como, a  
622 prevenção da gravidez. Tais procedimentos terão maior eficácia se realizados nas primeiras  
623 horas pós-exposição (até 72 horas). A existência de obrigatoriedade de comunicação externa de  
624 casos de estupro leva as vítimas a não buscarem atendimento médico quando não estão  
625 dispostas ou em condições de levar adiante um processo legal, trazendo sérios riscos à sua  
626 saúde. As razões que levam as vítimas a esta atitude são múltiplas, passando pelo medo de se  
627 expor perante a sua comunidade por se tratar de um crime que envolve sua vida sexual, medo  
628 do agressor que poderá reagir com novas agressões à vítima e/ou sua família, a incapacidade  
629 emocional, mesmo que momentânea, de enfrentar um processo e manter vivas as lembranças  
630 de um trauma que deseja esquecer. Assim, é essencial respeitar as motivações, as condições e  
631 a vontade da vítima adulta, que amenizado o trauma inicial, poderá fazer a denúncia e dar  
632 seguimento a um processo; – A busca pela necessária articulação entre as áreas da Saúde e da  
633 Segurança Pública em relação aos casos de estupro, visando o atendimento humanizado às  
634 vítimas, à preservação de sua saúde e à realização de exames e laudos periciais, levou à  
635 formalização de um instrumento de cooperação entre as respectivas secretarias. Este  
636 instrumento estabelece os procedimentos para a realização dos referidos exames e laudos  
637 periciais em ambiente hospitalar, definindo, em síntese, as formas de comunicação com a  
638 Delegacia de Polícia ou NUCRIA. Por sua vez, cabe à Delegacia emitir solicitação de realização  
639 de laudo pericial ao Instituto Médico Legal, que é avisado pelo Hospital de referência onde a  
640 vítima está sendo atendida de forma que o perito se desloque a este estabelecimento para  
641 cumprir esta finalidade. A articulação entre as duas Secretarias de Estado envolvidas neste  
642 atendimento tem acontecido a contento e sempre que são editadas novas leis ou normativas  
643 técnicas, os procedimentos são readequados garantindo a pacificação de eventuais distonias o  
644 que tem permitido vida-longa a esta cooperação Intersecretarial que tem se mantido nos últimos  
645 20 anos. O Conselho de Direitos da Mulher monitora a Política de Atenção às Vítimas de  
646 Violência Sexual manifestando seu total respaldo e se manifestando sempre que problemas são  
647 identificados com o objetivo de garantir os direitos das pessoas vitimadas, como também dos

650 profissionais envolvidos. Diante do exposto este Conselho de Direitos vem solicitar ao nobre  
651 Deputado que retire o Projeto de Lei, encaminhando-o para arquivamento, em nome do bom  
652 andamento dos serviços que atendem as vítimas de violência sexual no Estado do Paraná,  
653 dando segurança aos profissionais que se dedicam a prestar tal atendimento. Este Conselho se  
654 coloca sempre à disposição da ALEP, dos deputados e de suas equipes técnicas e assessoras  
655 para contribuir com discussões, dados e conhecimentos acumulados visando contribuir para o  
656 bom atendimento às cidadãs e cidadãos paranaenses. **Parecer do CEDM:** Aprovado,  
657 encaminhar também esse ofício para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),  
658 Procuradoria da Mulher, Comissão da Mulher da ALEP, CEVID/TJPR, MP (NUPIGE),  
659 Defensoria Pública (NUDEM) e OAB (CEVIGE) e incluir no ofício que o CEDM tomou  
660 conhecimento da Nota Técnica da Defensoria Pública; **9.5) Comissão de Legislação e**  
661 **Normas: Pauta 1** - Definição da Coordenação e Relatoria, **Parecer da Comissão:** As  
662 Conselheiras presentes da Comissão de Legislação e Normas deliberaram que a Coordenação  
663 da Comissão ficará a cargo da Conselheira da Federação de Mulheres do Paraná (FMPR) e a  
664 Relatoria com a Conselheira da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJU), **Parecer**  
665 **do CEDM:** Aprovado; **Pauta 2** – Emenda incluída no Art. 3º da Lei nº 19.701/2018 que trata da  
666 cesárea eletiva, **Parecer da Comissão:** Considerando que na reunião ordinária do Conselho  
667 Estadual dos Direitos da Mulher no mês de maio de 2023, no ponto de pauta “11) Apresentação  
668 das Ações da Secretaria Estadual da Saúde (SESA) voltadas a Saúde da Mulher e Atenção  
669 Materno Infantil”, apresentado pela Conselheira Carolina Poliquesi, surgiu questionamento da  
670 Conselheira Carmen em relação a diminuição da taxa de cesáreas, a qual salientou a existência  
671 de legislação voltada para as boas práticas de parto contra a violência obstétrica, e que a  
672 emenda da Lei, que incluiu o direito a escolha da cesárea sem indicação clínica contribuiu para  
673 aumentar muito a taxa, a Presidência do CEDM propôs o encaminhamento de solicitação para a  
674 Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) abordando a situação exposta e remeteu essa  
675 discussão para a Comissão de Legislação e Normas, posto que, esta Comissão contou com o  
676 apoio da Conselheira Carolina da SESA que apresentou sugestão de texto a ser encaminhado  
677 para a ALEP, e durante a reunião da Comissão foram sugeridas adequações do texto que será  
678 apresentado na plenária para aprovação e encaminhamento, a Secretária Executiva Maria  
679 Letícia nesse momento leu a Moção sobre a lei nº 20.127/2020 a ser encaminhada para ALEP,  
680 **Parecer do CEDM:** Aprovado, encaminhar também para a Comissão de Constituição e Justiça,  
681 Conselho Estadual da Saúde, Conselhos Municipais da Saúde, Conselhos Municipais dos  
682 Direitos da Mulher e publicar no site CEDM; **Pauta 3** – Lei de Licitações do Estado do Paraná,  
683 **Parecer da Comissão:** O Decreto-Lei nº 10.086/2022, que regulamenta no âmbito da  
684 Administração Pública Estadual, direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná, a Lei nº  
685 14.133, de 01 de abril de 2021 que “*Estabelece normas gerais de licitação e contratação para*  
686 *as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do*  
687 *Distrito Federal e dos Municípios*” em seu Art. 91 coloca como critério de desempate de licitação  
688 a empresa que promoveu ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de  
689 trabalho, o Art.331, parágrafo 1º delimita o que são consideradas ações de equidade de gênero,  
690 esta comissão delibera por dar amplo conhecimento do dispositivo legal em comento, de modo  
691 a incentivar empresas a desenvolver ações de equidade de gênero, **Parecer do CEDM:**  
692 Aprovado, encaminhar para todas as Comissões de Licitação das Secretarias Estaduais  
693 solicitando observância da norma; não tendo mais nada a tratar a Presidente Mariana passa  
694 para o próximo ponto da pauta; item dez; **10) Palavra das Conselheiras;** A Vice Presidente  
695 Maria Isabel pede a palavra, fala que a reunião do dia de hoje foi extremamente produtiva, que  
696 está muito feliz pois parte das expectativas de construção de políticas para mulheres tem agora a  
697 possibilidade de se efetivar e que no mês de outubro na Câmara Municipal de Palmeira irá  
698 receber uma homenagem pelo seu trabalho realizado em Palmeira, que esse reconhecimento é  
699 muito gratificante, agradece a todas, deseja um ótimo final de tarde e diz que seguem na  
700 caminhada, a Presidente Mariana parabeniza Maria Isabel pela homenagem que ela receberá,  
701 fala que hoje as 18:30 horas na Biblioteca Pública do Paraná a Conselheira Mariana Lopes da

702 Silva Bonfim da Secretaria de Estado da Cultura estará lançando o seu livro “A ausência do olhar  
703 de Gênero” então que as Conselheiras que puderem vão prestigiar esse evento, que é muito  
704 importante, a Conselheira Carmen Ribeiro pede a palavra e diz que gostaria de relembrar que foi  
705 feita uma proposta de alteração da data de encerramento das inscrições de entidades nas  
706 eleições da Sociedade Civil e ficou em aberto essa questão, pensa que pode se postergar o  
707 período das inscrições, então fica como deliberação dessa reunião a ampliação da data de  
708 encerramento das inscrições das entidades da Sociedade Civil no Processo Eleitoral, que a data  
709 de encerramento que seria no dia 11 de setembro passa a ser no dia 15 de setembro, todas as  
710 Conselheiras concordam com essa deliberação de alteração do cronograma do Processo  
711 Eleitoral, a Presidente Mariana diz que gostaria agora de ouvir a Assessora da Diretoria de  
712 Políticas Públicas para Mulheres Fátima Yokohama, que está presente nessa reunião, que tem  
713 ajudado bastante em todos os processos da Secretaria da Mulher, agradece muito a sua  
714 dedicação, Fátima cumprimenta as Conselheiras presentes e diz que gostaria de falar da  
715 satisfação que tem de poder compartilhar esse momento, reunião positiva, de sucesso e mais do  
716 que nunca de engajamento de toda a equipe para se chegar hoje e anunciar o início do trabalho  
717 com o Fundo Estadual da Mulher, a possibilidade de levar as políticas públicas para as mulheres  
718 aos Municípios é uma vitória, então agradece a toda a equipe e diz que também gostaria de  
719 agradecer a Mariana pela oportunidade dada a ela de participar nesse trabalho, Mariana  
720 agradece Fátima, não tendo mais nenhuma solicitação de fala agradece a todas as  
721 Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es) e toda a equipe da Secretaria da Mulher e  
722 finaliza desejando um ótimo final de tarde, dando por encerrada a Reunião Ordinária. Esta ATA  
723 foi gravada por Sandra Cristina Hey Paizani da Equipe Técnica da Secretaria Executiva da  
724 SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em  
725 reunião plenária será publicizada no site do CEDM/PR.

726  
727  
728

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER DO PARANÁ - CEDM/PR  
Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – Centro Cívico – Curitiba – Paraná